

FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO EM MODALIDADES NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FURB

Cristiane Theiss Lopes¹

Cláudio Adão da Rosa²

RESUMO

A pedagogia, enquanto campo epistemológico e prático, tem como um de seus principais compromissos a formação de educadores críticos, éticos e comprometidos com a construção de uma escola inclusiva e democrática. Nesse horizonte, a educação inclusiva constitui-se como um princípio estruturante, que reconhece e valoriza a diversidade humana, assegurando o direito à aprendizagem de todos os sujeitos em ambientes educacionais que promovam equidade, participação e pertencimento. No curso de Pedagogia da Universidade Regional de Blumenau (FURB), tal perspectiva é incorporada de maneira articulada à formação docente, sendo os estágios curriculares obrigatórios elementos centrais nesse processo formativo. O estágio nas diferentes modalidades de ensino, em especial naquelas voltadas a sujeitos em situação de vulnerabilidade ou pertencentes a grupos historicamente excluídos, constitui-se como espaço privilegiado de articulação entre teoria e prática. Trata-se de um tempo formativo que oportuniza ao futuro pedagogo a observação, o planejamento, a intervenção e a reflexão crítica sobre os processos educativos e os desafios concretos da inclusão escolar. Sob essa perspectiva, o estágio contribui significativamente para a constituição de uma práxis pedagógica fundamentada em valores de justiça social e respeito às diferenças. Ancorado nos aportes teóricos de Mantoan (2003), Sasaki (1997) e Vygotsky (1984), bem como nas diretrizes das legislações nacionais e internacionais que orientam a educação inclusiva, este trabalho busca contribuir com a reflexão acadêmica ao apresentar uma experiência didático-pedagógica desenvolvida no primeiro semestre de 2025, com a turma da sétima fase do curso de Pedagogia. As reflexões construídas coletivamente e os trabalhos apresentados em seminário acadêmico possibilitaram avanços na compreensão da práxis docente inclusiva, reafirmando a centralidade do estágio como momento formativo essencial na consolidação de uma prática pedagógica transformadora.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Formação Docente; Estágio Curricular; FURB.

INTRODUÇÃO

A formação de professores no século XXI está imersa em um contexto de complexidade social, cultural e política que desafia as instituições formadoras a repensarem seus currículos e práticas. A educação inclusiva, consolidada no Brasil a partir de marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394/96 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008),

¹ Doutora em Educação pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: theisslopes@gmail.com

² Doutorando em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: claudioadaroza@gmail.com



trouxe à tona a necessidade de preparar educadores capazes de atuar com sensibilidade e competência em contextos de diversidade.

No curso de Pedagogia, esse desafio se materializa na articulação entre teoria e prática, especialmente por meio dos estágios supervisionados, que se configuram como espaços privilegiados para a vivência e reflexão da docência. Conforme Nóvoa (1992), formar professores é formar sujeitos reflexivos, capazes de compreender sua prática e transformá-la. Assim, a experiência no estágio não é apenas uma exigência curricular, mas uma etapa essencial de construção identitária e de constituição da autonomia profissional docente.

A discussão sobre a inclusão, segundo Mantoan (2003), desloca o foco da deficiência para o direito, enfatizando que a escola deve adaptar-se às diferenças e não o contrário. Essa mudança de paradigma implica rever concepções pedagógicas, práticas avaliativas e processos de ensino-aprendizagem, de modo que a diversidade seja reconhecida como riqueza e não como obstáculo.

O presente artigo propõe-se a analisar a importância do estágio curricular nas modalidades de ensino do curso de Pedagogia da FURB, destacando sua relevância na formação docente inclusiva. A experiência relatada decorre das atividades desenvolvidas no primeiro semestre de 2025, com a turma da sétima fase, e busca evidenciar como o estágio contribui para o desenvolvimento de uma práxis crítica e socialmente comprometida.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter descritivo e reflexivo, uma vez que se propõe a compreender os sentidos atribuídos pelos estudantes às suas experiências formativas durante o estágio. Segundo Minayo (2012), a abordagem qualitativa é a mais adequada quando se busca compreender fenômenos complexos e subjetivos, como os processos educativos.

O trabalho foi desenvolvido a partir da experiência vivenciada por uma turma da sétima fase do curso de Pedagogia da FURB, na disciplina de Estágio Supervisionado em Modalidades. Essa disciplina tem como foco o atendimento a grupos e contextos diversificados como instituições que atuam com educação especial, EJA, educação hospitalar, prisional e outros espaços de vulnerabilidade social, possibilitando ao futuro pedagogo o contato com realidades múltiplas e desafiadoras.



O percurso metodológico envolveu três etapas: 1) Estudo teórico-prático: leituras orientadas e discussões sobre a educação inclusiva, políticas públicas e práticas pedagógicas. 2) Vivência de campo: observação participante, registros reflexivos e planejamento de intervenções pedagógicas nos locais de estágio. 3) Socialização e análise: elaboração de relatórios e apresentação de resultados em seminário acadêmico, promovendo o diálogo entre teoria e prática.

Durante todo o processo, foram realizadas rodas de conversa e registros de campo, que serviram como base para a análise qualitativa apresentada neste artigo. O método adotado permitiu identificar como o estágio se configurou como experiência transformadora na compreensão da docência inclusiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

A formação docente, segundo Tardif (2002), é um processo que articula saberes científicos, pedagógicos e experienciais, sendo o estágio um espaço privilegiado para o encontro entre esses saberes. O autor enfatiza que a prática pedagógica não é mera aplicação de teorias, mas uma reconstrução crítica do conhecimento em situações concretas.

Visitas em espaços de Educação



Fonte: do autor



Para Freire (1996), ensinar exige compreender o ato educativo como prática de liberdade. O educador é mediador de um processo dialógico em que o conhecimento se constrói na interação com o outro. Essa concepção encontra ressonância nas ideias de Vygotsky (1984), que entende o desenvolvimento humano como resultado das interações sociais e culturais. Ambas as perspectivas apontam para a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam o estudante como sujeito ativo de sua aprendizagem.

Sasaki (1997) amplia esse entendimento ao afirmar que a inclusão requer transformações nas atitudes e nas estruturas escolares, não apenas adaptações superficiais. A escola inclusiva é aquela que se organiza para acolher todos, rompendo com a lógica da seletividade e da exclusão. Essa concepção é reforçada por Mantoan (2003), que argumenta que o paradigma inclusivo exige uma pedagogia centrada no sujeito e no reconhecimento da diferença como valor educativo.

Perrenoud (2000) contribui ao discutir a competência reflexiva como elemento essencial da prática docente. Para ele, a formação inicial deve promover a capacidade de pensar sobre a ação, de modo que o professor aprenda a aprender com sua prática. Essa dimensão reflexiva é central no estágio supervisionado, que se configura como espaço de construção e reconstrução de saberes.

Rodas de conversas



Fonte: do autor



Nóvoa (1992) e Schön (2000) também destacam que a formação de professores deve promover a articulação entre saber e fazer, teoria e prática, superando a visão tecnicista da docência. Nessa perspectiva, o estágio se apresenta como momento de consolidação da identidade docente, no qual o estudante enfrenta os dilemas da realidade escolar e aprende a refletir criticamente sobre eles.

Por fim, as políticas públicas brasileiras reforçam a necessidade de uma formação docente comprometida com a inclusão. A Resolução CNE/CP nº 2/2015 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) orientam que todos os cursos de licenciatura devem preparar os futuros educadores para a atuação em contextos de diversidade, promovendo uma educação de qualidade para todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir da experiência formativa indicam que o estágio nas modalidades contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento de competências profissionais e humanas. As reflexões produzidas pelos estudantes revelaram uma compreensão mais ampla do conceito de inclusão, ultrapassando a dimensão legal e teórica, e alcançando uma prática pedagógica sensível às diferenças.

Em primeiro lugar, destacou-se o amadurecimento conceitual sobre inclusão. Inicialmente, muitos estudantes associavam o termo apenas à presença de alunos com deficiência na escola regular. Ao longo do processo, ampliaram sua compreensão, passando a reconhecer que a inclusão envolve gênero, etnia, classe social, orientação sexual e outras dimensões da diversidade humana.

Em segundo lugar, observou-se o desenvolvimento da postura reflexiva. A prática de observar, planejar e intervir possibilitou que os futuros pedagogos problematizassem as condições concretas do fazer docente. Essa postura se alinha à concepção de Schön (2000), para quem o professor reflexivo é aquele que aprende com a própria ação e é capaz de reelaborar sua prática a partir da análise crítica.

Em terceiro lugar, emergiu o fortalecimento da identidade docente. O contato com a realidade educacional complexa e heterogênea contribuiu para que os estudantes reconhecessem o papel ético e político do professor na construção de uma sociedade inclusiva. Conforme Freire (1996), a docência implica compromisso com a transformação



social, o que se materializa na forma como o educador acolhe e valoriza a diversidade em sala de aula.

Além desses aspectos, os relatórios e as discussões coletivas evidenciaram o impacto emocional e formativo da experiência. Muitos estudantes relataram que o estágio foi o momento mais desafiador e, ao mesmo tempo, mais significativo da graduação, pois exigiu empatia, sensibilidade e criatividade diante de contextos adversos. Essa vivência reforça o que Nóvoa (2009) denomina de “formação na prática”, em que o professor se constitui no exercício cotidiano do ofício, confrontando-se com dilemas reais.

Por fim, a experiência revelou a importância da orientação docente no processo de estágio. O acompanhamento sistemático por parte dos professores orientadores permitiu que as reflexões fossem mediadas e aprofundadas, garantindo que o estágio se tornasse um espaço efetivo de formação e não apenas uma obrigação curricular.

Socialização do estágio



Fonte: do autor



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada demonstra que o estágio curricular é um dispositivo fundamental para a formação de professores comprometidos com a educação inclusiva. Ao possibilitar o contato direto com as realidades sociais e educacionais, o estágio promove aprendizagens significativas que ultrapassam o âmbito técnico, alcançando dimensões éticas, políticas e humanas da docência.

O estudo reafirma que a formação docente precisa ser compreendida como um processo contínuo, reflexivo e coletivo, em que teoria e prática se retroalimentam. O estágio em modalidades, ao integrar diferentes espaços e sujeitos, permite que o futuro pedagogo construa uma visão ampliada da escola e de seu papel na sociedade.

Conclui-se que a consolidação de uma prática pedagógica inclusiva depende da existência de currículos formadores que valorizem o diálogo, a pesquisa e a reflexão crítica. A experiência do curso de Pedagogia da FURB evidencia que o estágio, quando conduzido com intencionalidade formativa, constitui-se em espaço de emancipação profissional e de fortalecimento da práxis pedagógica transformadora.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, C. R. et al. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2001.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- NÓVOA, A. Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.



SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHÖN, D. A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

